

NARRAR A VIOLÊNCIA — A COBERTURA POLICIAL NUM JORNAL POPULAR DOS ANOS 1990

Cláudia R. F. Lemos
UFMG

Resumo: Estudo da cobertura policial no *Extra*, jornal popular criado em 1998 no Rio de Janeiro, pelo grupo de *O Globo*. O artigo mostra as origens da cobertura policial na imprensa e analisa suas características nos anos 1990, relacionadas à violência urbana e ao formato dos novos jornais populares. A série de reportagens do *Extra* sobre os “autos de resistência”, publicada em 1999, é examinada como um exemplo das tendências verificadas no estudo. Este artigo apresenta resultados preliminares da tese de doutorado sobre características do jornalismo impresso brasileiro na década de 1990, em preparação junto ao programa de Estudos Literários da UFMG.

Palavras-chave: jornalismo, jornal popular, jornalismo policial

A violência aparece nos jornais brasileiros contemporâneos com grande destaque, colocando-nos uma série de perguntas. O tema e a inquietação não são novos, ainda que permaneçam atuais. Em suas notas sobre a literatura popular, escritas na década de 1930, Gramsci comenta o sucesso das coleções populares francesas do século XVIII sobre crimes e julgamentos célebres, sucesso que mostraria o interesse do povo pela justiça. Para Martín-Barbero (1997: 150), esses relatos, caracterizados como descrições detalhadas e sem adornos, num tom objetivo, tinham força catártica na sua brutalidade, funcionando como reparação dos agravos, numa “forma popular de regulação social”. Foucault demonstrou a ambigüidade dessa literatura:

De um certo ponto de vista, o folhetim e o canto do morto são a continuação do processo(...) A justiça precisava desses apócrifos para se fundamentar na verdade. Suas decisões eram assim cercadas de todas essas “provas” póstumas. Acontecia também que eram publicadas narrativas de crimes e de vidas infames, a título de pura propaganda,

antes de qualquer processo e para forçar a mão de uma justiça que se suspeitava de ser excessivamente tolerante. (Foucault, 1987: 59)

De outro lado, a recepção dessas narrativas acabava por transformar os condenados em heróis, seja pela ousadia dos crimes, seja pelo arrependimento ao serem julgados. Levantando-se contra a lei e os poderosos, ou pedindo perdão, esses criminosos do povo eram personagens com quem as pessoas se identificavam. Foucault (1987: 60-61) assinala que os reformadores do sistema penal pediam a proibição da circulação desses relatos. Ao longo do século XIX, Gramsci observa mudanças na visão sobre justiça, que podem ser acompanhadas por meio de seu reflexo tanto nas “notícias” como nos folhetins publicados pela imprensa da época. De um lado, o autor mostra a permanência da atitude de descrença do público diante do aparato estatal da justiça, que deveria dar conta de efetivar esse valor insistentemente preservado. De outro, observa, de maneira semelhante à que será adotada por Foucault, como inicialmente o delinqüente é visto como superior ao aparato judiciário, e até como símbolo da justiça verdadeira, em contraposição à opressão do Estado. Num segundo momento, nota, ainda que o aparelho da polícia continue sendo mostrado como ineficiente nos romances, quem o supera é o policial de iniciativa, o detetive privado ou o diletante, a partir da excelência técnica para lidar com o crime e o criminoso, ele também artista exímio numa disputa intelectual elevada demais para os criminosos rústicos do povo (Gramsci, 1978: 118-121 e Foucault, 1987: 61).

Se o romance policial exaltava a inteligência dos detetives que combatiam o mal presente na cidade, os jornais completavam o trabalho de justificar a necessidade da polícia e do controle, mostrando os criminosos por toda parte. Na década de 1830, época do surgimento da imprensa de massa, o jornal de um penny ou um sou, além das páginas policiais dos jornais generalistas já circulavam publicações dedicadas especificamente a notícias sobre crimes e julgamentos, como a *Gazette des tribunaux*, o *Courrier des tribunaux* e o *Journal des concierges*, na França. Campanhas pediam punições mais duras e trabalhos forçados para os presos. A ambigüidade nas representações e leituras do crime, apontada na literatura do século XVIII não é, entretanto, eliminada. Paralelamente à existência dos jornais judiciários, movimentos populares publicavam, entre 1830 e 1850, praticavam um “contranoticiário policial”. Sua característica era inverter o foco das notícias, destacando crimes praticados pelos burgueses e mostrando a miséria como causa da criminalidade da gente do povo (Foucault, 1987: 251; 277).

No final do século XIX, a imprensa sensacionalista dos Estados Unidos adota as notícias sobre crimes como uma das bases da sua fórmula. Para Foucault, esse tipo de noticiário se junta à função de segregação das prisões:

A notícia policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciais e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra, constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória. (...) O noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século uma quantidade enorme de “histórias de crimes” nas quais principalmente a delinquência aparece como muito familiar e, ao mesmo tempo, totalmente estranha, uma perpétua ameaça para a vida cotidiana, mas extremamente longínqua por sua origem, pelo meio onde se mostra, cotidiana e exótica. Pela importância que lhe é dada e o fausto discursivo de que se acompanha, traça-se em torno dela uma linha que, ao exaltá-la, põe-na à parte. (Foucault, 1987: 251-252)

Para Bird e Dardenne (1988: 71-72), não é a quantidade de crimes que determina a cobertura da mídia, nem a utilidade da informação sobre eles para a vida prática dos leitores. Cada notícia sobre crime se inscreveria numa moldura de valores que confirma a classificação do bem e do mal, do aceitável e do desviante. A repetição da mesma fórmula, com dados variados, garantiria o poder do mito. Segundo Edgar Morin (1967: 122-124), a exposição da violência promovida pelo jornalismo ao mesmo tempo incita e apazigua um fundo de violência existente no ser humano, operando uma espécie de catarse cotidiana. É como se o leitor dissesse, ao ler as histórias escabrosas publicadas pelos jornais: eles morreram em meu lugar.

No caso do leitor de jornal popular, essa experiência incluiria a possibilidade de o leitor se situar em relação à linha fina que separa ordem e desvio, conforme a formulação de Serra (1980) em estudo sobre o jornal *O Dia*. A proximidade desse leitor com a violência e o crime seria reencontrada na página impressa, onde a inocência e o perigo do desvio seriam cotidianamente realimentados.

A vida do povo, a realidade do leitor identificada por meio de pesquisas e da experiência é a justificativa que fundamenta a fórmula de jornal popular relida no final dos anos 1990. Pesquisas feitas no Brasil, Estados Unidos e Europa sobre quem são as vítimas da violência explicam sua presença na receita desses jornais. Segundo Alessandro Baratta, professor

italiano de Direito, em todos os países estudados, quanto mais se desce na escala social maior é a possibilidade de ser vítima da violência:

Portanto, as desvantagens dos grupos que vivem nos bairros mais pobres das metrópoles não se resumem a fato de serem o setor privilegiado de “recrutamento” da denominada população criminal. Eles constituem o setor menos protegido pela ação do aparelho penal. Tanto o bem positivo “segurança”, como o bem negativo “criminalidade” se distribuem de forma desigual nas metrópoles. Nas duas pontas a distribuição é prejudicial às zonas territoriais mais pobres. (Baratta, 1994: 15-16).

Pinheiro (2000: 14) assinala ainda o papel da violência policial que, na América Latina, atinge também principalmente as populações das áreas urbanas mais pobres:

Na maioria dos países latino-americanos, em especial naqueles países sem tradição de proteção aos direitos civis, mesmo depois da elaboração das novas Constituições democráticas, as instituições legais não foram reformadas e as práticas arbitrárias dos agentes estatais da polícia e de outras instituições de controle da violência continuam as mesmas. Apesar de todos os avanços na sociedade civil e na governabilidade democrática, os pobres continuam a ser as vítimas preferenciais da violência, da criminalidade e da violação dos direitos humanos. (Pinheiro, 2000: 14)

Nesse contexto, a explicação do editor-chefe do *Extra*, Eucimar de Oliveira, para a necessidade de tratar de violência nos jornais, e com mais frequência nos jornais populares, aproxima-se da idéia benjaminiana de oferecer ao leitor uma visão ampliada da realidade, por meio de um olhar distanciado e esclarecedor do que é próximo. Diz Oliveira:

Eu escrevo para o cara que mora lá em Campo Grande, tenho 30 mil leitores lá. Aquele cara lida com a violência diariamente. De repente passa na rua e vê um assalto, vê uma aglomeração, vê um cerco a um banco. Ele está dentro de um trem, dentro de um ônibus, e no dia seguinte ele quer saber o que aconteceu. E eu tenho de responder para ele.

A mesma explicação pode servir também para a ampliação do espaço consagrado à violência nos jornais destinados às classes A e B, chamados de *quality papers*. De fato, os editores do *Extra* identificam um aumento na violência existente e na sensação de medo, que constituiriam os motivos para a ampliação da cobertura sobre o tema em toda a imprensa. Na visão deles, a violência teria chegado inclusive à classe média e aos bairros antigamente seguros,

tornando-se um assunto obrigatório não só nos veículos populares. Segundo Baratta (1994: 16), são os moradores dessas regiões de classe média os mais amedrontados em todas as partes do mundo, ainda que eles não sejam os mais ameaçados ou as vítimas mais freqüentes da violência.

Há dois processos efetivamente em curso, que podem ser diferenciados, analiticamente, ainda que, do ponto de vista da experiência, se superponham. São vivencialmente indissociáveis: por um lado, a cultura do medo, ou as formas de percepção e de representação social da delinquência, do crime, da violência, dos delitos, dos riscos, e, por outro lado, as práticas e os fenômenos que podem ser identificados objetivamente como criminosos ou violentos, ou criminosos e violentos. (Soares, 1994: 15)

Porto (1999), analisando o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, ainda hoje o programa jornalístico de maior repercussão no Brasil, identifica uma redução das notícias de política e o aumento no tempo destinado a notícias sobre criminalidade, violência e variedades, no período entre 1995 e 1996. Ao mesmo tempo, os jornais populares da nova safra buscariam fugir ao sensacionalismo, ainda que mantenham a espetacularização da violência. O resultado seria uma aproximação no modo de tratar o tema.

Os editores do *Extra* fazem questão de diferenciar o jornal das publicações que consideraram “populares no mal sentido”, ou popularescas, onde existe abuso de fotos chocantes e superexposição da violência. Para tratar a violência, o jornal tem como diretriz fugir tanto do sensacionalismo como da frieza do mero registro, que “entupiriam” o leitor. Conforme explicita o editor-executivo Octávio Guedes, em entrevista à pesquisadora:

Durante muito tempo a cobertura policial foi o seguinte: tinha um cadáver, sem nenhuma história, mas que era uma foto que chocava e eles estampavam. A gente dá preferência a contar uma história, mostrar que aquele crime não é uma banalidade. É quando você vê que atrás de toda aquela tragédia existe um ser humano.

A fórmula de jornalismo popular relida no final dos anos 1990 busca se distanciar do sensacionalismo, analisado, por exemplo, no jornal paulista *Notícias Populares*, do Grupo Folhas (Angrimani, 1995: 16; 98-99). O termo “sensacionalista” é tomado pelos jornalistas do *Extra* no sentido pejorativo de um noticiário que “extrapola o real, que superdimensiona o fato”. Privilegiando a narrativa em detrimento da veracidade e, por conseqüência, da credibilidade, esse

jornalismo utilizaria freqüentemente manchetes e fotos que não corresponderiam aos textos, exagerando ou distorcendo seu sentido com o objetivo de chocar e, assim, atrair a atenção. Da mesma forma, a linguagem seria povoada por gírias e palavrões, buscando envolver um leitor interessado em histórias nas quais pudesse projetar seu desejo de transgressão. É significativo que o *Notícias* tenha sido tirado de circulação em 21 de janeiro de 2001, depois de 40 anos nas bancas. O motivo alegado pela empresa foi seu fracasso diante da concorrência da TV, mas profissionais do setor vêem outra razão:

A verdadeira causa da morte do *NP* certamente está em uma decisão estratégica da empresa editora de concentrar esforços em um jornal mais *clean*, que não “suja as mãos de sangue” (as mãos dos leitores e também dos editores). Trata-se do *Agora*, lançado em 1999, que procurou transpor para São Paulo o modelo do carioca *Extra*, filhote de *O Globo*. (Serva, 2001)

Parece estar havendo, de fato, uma substituição de modelos no jornalismo popular e na cobertura policial. Os editores do *Extra* visam um jornalismo popular dirigido a um público que valorize a informação, ainda que rejeite sua leitura no formato asséptico e no ponto de vista elitizado dos jornais de referência. Nas entrevistas feitas por Angrimani em 1991, os leitores do *Notícias Populares* criticavam a “falta de jornalismo” do diário, apontando que gostariam de ler mais notícias, ou seja, mais informação. Edgar Morin, ao caracterizar o sensacionalismo, aponta como nele os fatos deixam de ser considerados na História para serem tratados como acidentes que infringem a ordem das coisas, à maneira da fatalidade na tragédia (Morin, 1984: 100). O mesmo autor assinala como uma das características definidoras da cultura de massa a combinação de informação e elementos romanescos (Morin, 1984: 37). O desafio que o jornal popular brasileiro da virada deste século se propõe parece ser o atendimento da necessidade de projeção e identificação de um leitor cujos medos se modificaram e para quem as combinações anteriores de informação e dramatização estão fora de balanço e precisam encontrar novo equilíbrio.

Zuenir Ventura relata, em *Cidade partida* (1994: 70-73), a movimentação que levou dirigentes e profissionais dos principais jornais cariocas a participarem em 1993, dois anos depois da pesquisa de Angrimani, do movimento Viva Rio, contra a violência na cidade. A iniciativa partiu de Walter de Mattos Júnior, na época vice-presidente de *O Dia*, que tinha Eucimar de Oliveira como editor. O jornal estava em transformação, procurando deixar de ser identificado como sensacionalista, a publicação que “sai sangue”. Pode-se entender que o *Extra* tenha

nascido como um dos frutos desse processo que tornou a violência um problema mais relevante e, ao mesmo tempo, sua exibição sensacionalista menos aceitável para o público, movendo os jornalistas a rever a fórmula adotada tanto nas publicações de referência como nas populares.

As pesquisas sobre a cobertura policial mostram que a violência hoje passaria por um processo de estilização que a transforma em produto de consumo palatável para um público mais amplo (Pereira et al., 2000: 18). Assim, a rejeição da violência nos meios de comunicação se restringira àquela “não atenuada”, excessivamente realista. Essa ficaria restrita aos jornais sensacionalistas, que exibiriam as transgressões e sua punição, sempre em sentido moralista e conservador (Angrimani, 1995: 17; 138). Submetida a processos de supressão e modificação, a violência passaria a ser assimilável em formatos estilizados e incorporados aos veículos informativos por meio da rotina midiática de repetição, que tanto torna visíveis a desigualdade e os conflitos que marcam a sociedade brasileira, quanto pode reduzir a sensibilidade dos leitores.

Um levantamento dos temas da página 3, a principal do *Extra*, entre abril de 1998 e abril de 2000, mostra que o padrão do jornal é dedicar pelo menos cinco das sete edições de cada semana a assuntos relacionados a violência, criminalidade e polícia. A frequência desses assuntos, verificada na leitura dos exemplares, determinou sua inclusão tese que preparo. Aqui, optei por analisar uma cobertura significativa, para verificar como o jornal pretende tratar a violência e que tipo de posicionamento do leitor essa abordagem favorece.

A cova dos 259 Josés

A série especial sobre os chamados “autos de resistência”, assinada pelo repórter Victor Javoski e publicada durante uma semana, a partir de 11 de julho de 1999, é citada pelos editores, em entrevistas, como exemplo da postura crítica do *Extra* diante da polícia. Foi finalista do Prêmio Esso de jornalismo em 1999. Por ser tomada como modelo pela equipe do jornal, merece uma leitura cuidadosa. O editor Octávio Guedes destaca na maneira de tratar a polícia, tanto no papel de tema como no papel de fonte da cobertura de violência, o valor paradigmático da série:

Este é um aspecto importante que guiou nossa cobertura de polícia: não ser policialesca, ou seja, não fazer apologia da polícia, dos rambos da polícia. É uma cobertura que não faz exaltação do trabalho da polícia. A gente não cria mitos aqui. Como a nossa equipe é muito nova, acho que essa matéria deu um norte para todo mundo. Primeiramente, desconfiar da versão policial, não ser um mero boletim da polícia.

A questão chave, na visão dos jornalistas, é evitar o oficialismo e a oposição padronizada entre policiais-mocinhos e os bandidos, de longa tradição e ainda hoje com grande espaço, principalmente no rádio e na televisão brasileiros. No *Extra*, segundo os editores, o herói da história contada pode não ser o autor da prisão. E, mais ainda, a direção do jornal diz evitar deliberadamente acompanhar um policial ou um bandido e suas ações, transformando-o em herói pela cobertura continuada de seus movimentos. Essa criação de mitos é vista como nociva no noticiário de polícia, sendo admitida apenas no espaço de esporte e entretenimento, considerado “inofensivo”.

A série de reportagens explicita ainda o tratamento de texto, imagens e a relação com o leitor imaginada pelo *Extra*. Trata-se de um jornal que, na maioria do noticiário, não pretende ocultar suas opiniões por trás de textos impessoais, “informativos”. Mesmo optando quase sempre pela terceira pessoa, que oculta o repórter e realça os fatos narrados, o texto se dirige diretamente ao leitor e interpreta para ele os números e acontecimentos, por meio de adjetivos que qualificam claramente o que se relata. As frases e parágrafos são breves e as palavras simples, num formato elaborado para tornar-se acessível. Ficam de fora, entretanto, as palavras chulas e o grande número de gírias que caracterizam a fórmula de jornais sensacionalistas como *Notícias Populares* (Angrimani, 1995: 16). Por outro lado, são utilizados recursos comuns ao jornalismo dos anos 1990 e em especial às publicações populares, que tendem a tornar-se mais visuais e a facilitar a leitura. As matérias são organizadas em várias retrancas curtas, didaticamente. Há muitos depoimentos, resumos históricos dos fatos ligados à notícia, imagens tratadas com destaque e muitas vezes bem produzidas, tanto em fotos como em infografias. São frequentes os *storyboards*, quadrinhos que reconstituem cenas em uma apresentação detalhada e de fácil compreensão, porque alia o esquema estático de cada desenho com o dinamismo produzido pela seqüência.

Em “A cova dos 259 Josés”, a diagramação mostra como a edição da reportagem foi cuidadosamente preparada. O texto relata o trabalho de apuração do *Extra*, valorizando-o. Os humildes e inocentes vitimados estão, claro, próximos dos leitores pretendidos pelo jornal, que se coloca do lado deles. Podemos ler, por exemplo, a página 20 da edição de domingo, que iniciou a série. Ela busca tocar o leitor pela imagem e conduzi-lo, assim, à leitura da narrativa, discretamente colocada numa coluna dupla à esquerda, espaço de menor destaque. É dominada por uma arte enorme, que fica abaixo do título, — “Irineu saiu para um biscate e não voltou” — e

sobretítulo — “Negro, forte, sem antecedentes e vítima de uma bala perdida, segundo a polícia. Mas o laudo cadavérico comprova um tiro à queima-roupa”—, colocados no alto, à direita. A arte, feita sobre uma foto, ocupa o espaço das quatro colunas da direita. No alto, a ilustração de um olho do qual escorrem lágrimas. Bem embaixo, no canto, a foto de uma mulher sozinha sentada no chão. À esquerda do título, os dizeres do selo da cruz mudam para “Quem chora pelos Josés”.

A leitura do texto, com apenas um intertítulo — “Bruno também ficou no caminho” — começa nesse território emocionado. O lead apresenta o resumo do fato, anunciando o que já se sabia, a morte de Irineu de Oliveira Diniz, 62 anos, e preservando o suspense sobre como ela aconteceu. A matéria narra a história reconstituindo o clima do dia da morte, em que a mulher havia dormido mal, como que pressentindo alguma coisa, e o marido saiu para trabalhar, sendo morto pela polícia. Na explicação da polícia, exposta na matéria a partir do registro policial, ele foi atingido por uma bala perdida durante troca de tiros entre policiais e ladrões que pretendiam assaltar um carro forte. A matéria ajunta depoimentos da viúva e de um perito:

O choro de Q. é sincero. O boletim policial é cínico e mentiroso. Segundo o laudo cadavérico, Irineu foi atingido por dois tiros. Um deles tem “orla de queimadura”, isto é: à queima-roupa, abaixo da axila esquerda.

— Não existe bala perdida a cinco centímetros de distância —diz o perito Néelson Massini, um dos mais renomados do Brasil.

Após ouvir a descrição do laudo, dona Q. olha para três dos oito netos, pega no colo a bisneta que Irineu não viu nascer e diz:

— Na época, quem viu falou que, como meu Irineu era preto e forte, foi confundido com marginais e morto pela polícia. Mas não havia razão nem motivo para isso. O PM me disse que foi bala perdida. Já faz muito tempo, tenho que cuidar dos meus netos. Que Deus o tenha — encerra Q., novamente fazendo o sinal da cruz e negando ceder uma foto três por quatro do ex-marido. Ela tem receio de fazer algum mal à memória de Irineu.

Q. não permite nem que tire fotos dela. Irineu deixou muita dor de herança. Da polícia, ela herdou medo e a certeza de que tentar esquecer é o melhor remédio. Melhor e mais seguro.

Como as outras histórias desta página e desta série, Irineu é apenas mais um José, enterrado sem ter esclarecidas as circunstâncias de sua morte. Virou mais um número nas estatísticas dos mortos pela polícia sem antecedentes criminais.

O final do texto oferece ao leitor uma conclusão, que também é uma chave para a leitura de toda a série de reportagens. Pode-se considerar que esse procedimento favoreça mais a reflexão do leitor a partir da leitura do que a mera justaposição de dados. A série, além de trazer números chocantes e histórias exemplares e comoventes, narradas de modo emocional, também procurou estabelecer conexões entre os casos e suas causas. A quarta reportagem, de quarta-feira, 14 de julho de 1999, conta como os policiais ganhavam, pelas mortes, a chamada “gratificação faroeste” e compara o Rio de Janeiro com Abilene, narrando a história da “mais selvagem e fora da lei cidade do Velho Oeste”. Depois de usar, em diversas matérias, depoimentos do perito que desmontam as informações dos laudos policiais, o jornal também publica uma entrevista em que ele desenvolve e sintetiza sua interpretação. Na mesma linha, entrevista um desembargador que interpreta e desmonta os argumentos usados como justificativa para cometer os crimes.

Estudos mostram que a eliminação de indesejáveis é considerada pela polícia, até hoje, uma política adequada para lidar com a criminalidade, controlando as chamadas “classes perigosas”. Em função do medo, esse atalho externo ao sistema judiciário seria admitido pela população, mesmo a mais pobre, da qual sai a maior parte das vítimas (Pandolfi, 1999: 117-127). Chevigny chama de vigilantismo tal maneira de agir da polícia, fazendo justiça com as próprias mãos e eliminando inimigos, com a garantia da impunidade (Méndez, 2000: 14-17). O *Extra* parece buscar um ponto de vista diferenciado em relação às “classes perigosas” — afinal, seus leitores. Na série analisada, prevalece o sentido indicado já no selo em forma de cruz: a denúncia do sacrifício de vítimas inocentes tratadas pela polícia como bandidos. Os números, argumentos e histórias são sempre elaborados visual e verbalmente de modo a envolver o leitor e demonstrar uma interpretação. Não se pretende simular objetividade, no sentido jornalístico habitual da apresentação que se quer neutra e deixa os fatos falarem por si. Nesse momento o jornal participa do que Soares vê como uma enunciação genuína de conflitos do dia-a-dia pela mídia, que não

aparece como representação do caos, mas sim com um papel constitutivo (Pereira et al.,2000: 15-16).

Está perfeitamente sintonizada com essa realidade a maneira como o editor-chefe do *Extra* esclarece a razão de publicar uma reportagem como “A cova dos 259 Josés”, profundamente ligada à visão de leitor dos profissionais que conceberam e produzem o jornal:

Esse leitor, se você considerar que grande parte dele é classe C, é muito oprimido também, vive em áreas sob opressão do bandido e da polícia. Esse leitor já presenciou ou já ouviu falar de casos de abuso de autoridade, de injustiça, ou ele viu ou conhece alguém que já esteve envolvido numa história dessa. Uma matéria desse tipo para o cara é uma possibilidade de que isso aí seja resolvido. Que é um conforto para ele, é uma tranquilidade para ele. E, segundo, é quase catártico alguém estar denunciando os filhos da puta que vêm aqui e barbarizam, matam inocentes.

No mesmo sentido, segundo o editor Aníbal Alexandre, a proposta da *Folha de Pernambuco*, estudada por Santos (2000), era “mostrar o que estava acontecendo” e a violência ganhou espaço porque as queixas de leitores sobre o tema eram freqüentes na central de atendimento do jornal:

“(…) por trás da reportagem de polícia tem a realidade da periferia de Recife que é violenta. (...) O sucesso da cobertura de polícia é porque fala daquele problema do bairro. As pessoas compram o jornal para ver polícia, não é só para ver o sangue, é para ver o vizinho. Fulaninho que mora ali perto que morreu.” (Santos, 2000)

Elielma Machado assinala um episódio significativo, registrado por um informante de sua pesquisa etnográfica:

Um senhor se dirigiu ao jornaleiro e solicitou um exemplar de um jornal popular. O jornaleiro perguntou por que o freguês comprava aquele jornal. Como resposta: ‘Para ver meus mortos’. (Machado, 2000: 53)

A autora nota que o retrato da violência feito pelos jornais populares é uma das poucas ocasiões de visibilidade dos segmentos populares nos meios de comunicação brasileiros. A necessidade e a possibilidade de se reconhecer fazem com que tais publicações se tornem sucessos de vendas. A cada dia, como dizem os editores do *Extra*, o jornal conta uma história.

Essa história tem um herói popular — pedreiro, biscateiro ou mecânico, freqüentemente envolvido em episódios violentos.

Por outro lado, o jornal popular ainda corre o risco de adotar o sensacionalismo, seja pela inadequação dos jogos de palavras às informações apuradas, seja pela a-historicização dos fatos. No caso da série sobre os 259 Josés, o primeiro risco é combatido no planejamento cuidadoso da edição. Além disso, o jornal se preocupa com a solução do problema, a consequência da denúncia. Já na terça-feira, além da reportagem da série é publicada, com destaque, uma entrevista em que o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, declara sua indignação com os fatos retratados na reportagem e anuncia a criação de um grupo de trabalho para tratar do caso. Na quinta-feira o *Extra* noticia a primeira reunião da comissão. No domingo, basta ler título, subtítulo e título da retranca para perceber que o fechamento pretendido pela série é a promessa de que os fatos não foram revelados em vão: “Um convite à verdade. Subsecretária que vai analisar possíveis homicídios praticados por policiais convocará testemunhas” e “Toda execução será castigada”.

O cuidado do jornal com as consequências das denúncias, bem como a reação do governo, fazem sentido diante do quadro descrito por Nancy Cardia. A pesquisadora observou na imprensa brasileira, em relação à estrangeira, uma discrepância maior entre o número de notícias de eventos criminais e as notícias sobre sua punição. Enquanto nos jornais estrangeiros se relataria o fato, junto com a busca de responsáveis e de punição, no Brasil a cobertura policial na imprensa se restringiria, em geral, ao relato do evento criminal — um procedimento de a-historicização próprio do sensacionalismo, mas empregado também na imprensa informativa. Mesmo a informação policial seria restrita, com pouca preocupação de citar a polícia como fonte em matérias sobre o desenvolvimento da investigação policial. Para Cardia, essa característica seria responsável pelo aumento da sensação de impunidade. Mais ainda, ela observa que mesmo a grande exposição de alguns fatos não garantiu a punição dos culpados, ao contrário do que ocorre em outros países (Cardia, 1994: 68-69). Ora, a série do *Extra* expõe, de um lado, a pouca confiabilidade das fontes policiais e permite perceber como boa parte da ausência de notícias sobre investigações na imprensa brasileira decorre da ausência das próprias investigações, em especial quando os crimes envolvem violência policial. De outro lado, o jornal procura produzir naquele momento um jornalismo que contraste com o habitual, fazendo questão de dar prosseguimento à cobertura e mostrando se e como, nesse caso, a exposição garantiu punição.

Aqui, é importante notar o papel de mediação assumido pelo jornal — não apenas entre o leitor e a realidade, mas também entre o leitor e aquele que pode resolver seus problemas, mas muitas vezes não lhe é acessível. Tanto o jornal como o leitor sabem que vivemos numa sociedade na qual só tem existência pública aquilo que ganha visibilidade na mídia. Tendo consciência de tal mecanismo, o jornal se comporta como um porta-voz que amplifica a voz do leitor e cobra em nome dele, por exemplo, providências do governo contra as injustiças mostradas na matéria. O leitor, por sua vez, utiliza o jornal para alçar seus problemas à condição de questões públicas. Transformar-se em fonte e/ ou personagem é também, freqüentemente, um recurso de proteção.

Interessada em compreender por que pessoas que não tinham o hábito de lidar com jornais passaram a ler a *Folha de Pernambuco*, lançada em 1998, Maria Salett Tauk Santos (2000) investigou o contrato de leitura estabelecido a partir da cobertura de polícia, principal marca do jornal. Na *Folha*, uma central de atendimento registra as reclamações dos leitores. Além disso, os repórteres que fazem a ronda de polícia são acionados não só pela redação, mas também por ligações de populares para seus telefones celulares, a cobrar. Muitas vezes são chamados antes da polícia, como se o jornal fosse uma espécie de guardião capaz de evitar abusos policiais.

Já na virada do século passado a imprensa popular atribuía ao repórter o papel de “cruzado do leitor”. A criação de campanhas em que o jornal se colocava como intermediário ou como incentivador de ações da sociedade foi um dos elementos introduzidos por Hearst no *Morning Journal* (Angrimani, 1995: 22). No Brasil, Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, que reuniam jornais, revistas, rádios e TVs, marcou época com diversas campanhas populares. De maneiras diferentes, o que esses exemplos mostram é o modo como o papel de mediador do veículo jornalístico ultrapassa os relatos sobre a realidade para alcançar a interferência nos fatos, sempre buscando conquistar a identificação do leitor e sua fidelidade. Uma fronteira que se torna tanto mais embaçada quanto mais a ação social se realiza mediada pela mídia. Trata-se, então, de uma tendência crescente, fortalecida pela evolução técnica que facilita a comunicação entre profissionais de comunicação e deles com o público, por meio de e-mails, celulares e outros recursos, e permite o acompanhamento ao vivo de eventos.

Por último, é preciso notar a ambigüidade desse papel de mediação, que muitas vezes simula substituir, por exemplo, o aparato da justiça, com um traço fortemente sensacionalista e conservador. É necessário assinalar ainda que, se aqui destacamos a série de reportagens do *Extra*

que parece realizar seus melhores propósitos de esclarecimento e que, por isso, é tomada como paradigma, a pesquisa mais ampla da tese analisa também, como contraponto, a cobertura do seqüestro do ônibus 174, em junho de 2000. Nesse caso, o que aflora, na vertigem do jornalismo que busca alcançar a cobertura “em tempo da real” da televisão e saciar o público, são os preconceitos e medos em que a narrativa da violência se baseia e que ela costuma reforçar.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense/ ECA-USP, 1995. p. 181-188.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue*. Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.
- BARATTA, Alessandro. Filósofo de uma criminologia crítica. In: RAMOS, Sílvia. (Org.) *Mídia e violência urbana*. Rio de Janeiro: Faperj, 1994. p. 13-24.
- BIRD, S. Elizabeth e DARDENNE, Robert W. Myth, chronicle and story. Exploring the narrative qualities of news. In: CAREY, James W. (Ed.) *Media, myths and narratives*. Television and the press. Sage Annual Reviews of Communication Research, vol. 15. Beverly Hills: Sage Publications, 1988. p.67-87.
- CARDIA, Nancy. Mídia e violência. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, n.s., v.1, n.2, Mídia, Drogas e criminalidade, p. 63-73, dezembro 1994 – março 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MACHADO, Elielma Ayres. Retratos da juventude: imagens de juventude e violência no Rio de Janeiro. In: ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (Org.). *Juventude anos 90. Conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contracapa/ Gestão Comunitária, 2000. p. 35-57.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

- MÉNDEZ, Juan E., O'Donnel, Guillermo e Pinheiro, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o Não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo I – neurose*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). et al. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. (Orgs.) *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Estado de direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan E., O'Donnel, Guillermo e Pinheiro, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o Não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 11-29.
- PORTO, Mauro Pereira. *Novas estratégias políticas na Globo? O Jornal Nacional antes e depois da saída de Cid Moreira*. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 1999. (CD-ROM, GT Jornalismo.)
- RONDELLI, Elizabeth. Media: representações sociais da violência, da criminalidade e ações políticas. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, n.s., v.1, n.2, Mídia, Drogas e criminalidade, p. 97-108, dezembro 1994 – março 1995.
- SANTOS, Maria Salett Tauk. *Quando a violência faz parte do contrato: estudo de recepção da Folha de Pernambuco*. XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: Intercom, 2000. (CD-ROM, GT Comunicação e recepção.)
- SERRA, Antonio. *O desvio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- SERVA, Leão. NP morre; TV apontada como suspeita do crime. *Observatório da Imprensa*, 31 de janeiro de 2001. Disponível na Internet: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo/cir310120014.htm>. Capturado em 2 fev. 2001.
- SOARES, Luiz Eduardo. Criminalidade e Violência: Rio de Janeiro, São Paulo e perspectivas internacionais. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, n.s., v.1, n.2, Mídia, Drogas e criminalidade, p. 15-34, dezembro 1994 – março 1995.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



Entrevistas

Bruno Thys, editor-executivo, *Extra*, 3.2.1999.

Eucimar de Oliveira, editor-chefe, *Extra*, Rio de Janeiro, 22.4.2000.

Octávio Guedes, editor-executivo, *Extra*, Rio de Janeiro, 20.4.2000